



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08267206120198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOELMA DE OLIVEIRA SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls. sobre a complementação da perícia médica realizada, expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito. Conforme já evidenciado em perícia médica realizada em âmbito administrativo, podemos verificar que o autor não sofreu com invalidez permanente.**

DADOS DO SINISTRO				
Número: 3190138610	Cidade: Boa Vista	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: JOELMA DE OLIVEIRA SOUZA	Data do acidente: 10/11/2018	Seguradora: Tokio Marine Seguradora S/A		
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data da análise: 01/04/2019				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.				
Sequelae permanentes:				
Sequelae: Sem sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelae:				
Documentos complementares:				
Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente o nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, haja vista constar em documentos médicos que o autor estava com dor em clavícula direita, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

14/11/2018

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
Secretaria de Estado da Saúde
Hospital Geral de Roraima - PAAR / PSFE
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308

1ª Classificação Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

2ª Classificação Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

3ª Classificação Reclassificação
Vermelho
Laranja
Amarelo
Verde
Azul Ass.

1801033224 10/11/2018 07:38:48 FICHA DE ATENDIMENTO TRAUMATOLOGIA DIURNO 07-19 1

Paciente: JOELMA DE OLIVEIRA SOUZA Data Nascimento: 27/08/1975 Idade: 43 A 2 M 14 D CNS: 708706129423199 CPF: 38237776291 Pronto Socorro

Tipo Doc: Documento Órgão Emissor: SSP RR Data Emissão: 13/06/1994 Sexo: F Estado Civil: SOLTEIRO(R) Rça/Cor: Naturalidade: VITORINO FREIRE - BRASILERA

Mãe: FRANCISCA VILANI DE OLIVEIRA SOUSA Pai: JOAO TELES DE SOUZA Contato: (95) 99136-2596

Endereço: RUA - UNIVERSO - 1312 - RAIAR DO SOL - BOA VISTA - RR Ocupação: NÃO INFORMADA

Class. de Risco: SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE N° da Carteira: Validade: Autorização: Sis. Prenatal:

Motivo de Atendimento: ACIDENTE DE MOTO Caracter de Atendimento: URGÊNCIA Profissional do Atend.: Procedência: Temp.: Peso: Pressão:

Sol: GRANDE TRAUMA Tipo de Chegada: DEMANDA ESPONTANEA Procedimento Sol.: Registrado por: OZIERES PRADO

Queixa Principal: ☐ Síndrome Febril ☐ Sintomático Respiratório ☐ Suspeita de Dengue

Anamnese de Enfermagem: GSC: AO: 1 2 3 4 RV: 1 2 3 4 5 MRV: 1 2 3 4 5 6 TOTAL:

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - : : h): Queda de moto

Exame Físico: Dor em clavícula (D)

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

15 FEV 2019

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o boletim de atendimento médico, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 8 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR